

Pacheco e Lira preservam STF

Presidentes do Senado e da Câmara afirmam ser inadequado debater, neste momento, mudanças no Judiciário

» GABRIELA ORNELAS
» MARIANA ALBUQUERQUE*

Os presidentes das duas casas do Legislativo federal afastaram, por ora, o risco da mobilização conduzida por aliados do presidente Jair Bolsonaro de ampliar o número de integrantes do Supremo Tribunal Federal, a fim de diluir o poder do Judiciário e ampliar a influência do Executivo na mais alta Corte de Justiça do país.

O presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), classificou a iniciativa como "incoerente". "Todas as propostas devem ser respeitadas, mas me estranha muito neste momento estar-se discutindo um tema dessa natureza, ampliação da estrutura do Supremo Tribunal Federal. Me parece que isso é até incoerente com a lógica dos que defendem a redução das competências do Supremo. Me parece um momento inadequado para essa discussão", afirmou.

O senador também mencionou que a mudança geraria mais gastos aos cofres públicos e defendeu que ministros e ex-ministros do STF sejam ouvidos sobre a medida. Portanto, me parece um momento inadequado para essa discussão. E algo que afete a estrutura do Supremo Tribunal Federal, é de bom alvitre também que se ouça ministros atuais, ex-ministros do Supremo, para saber o que verdadeiramente é bom para o país", ponderou o presidente do Congresso.

Aliado de primeira hora de Jair Bolsonaro, o presidente Arthur Lira (PP-AL) deu a entender que não pretende levar a iniciativa adiante, por enquanto. "Este assunto, neste momento, não é adequado. Precisamos discutir



as propostas de cada candidato para o Brasil", disse Lira, em entrevista ao portal UOL.

Em campanha no Rio Grande do Sul, Bolsonaro recuou, ontem, de suas declarações do fim de semana. Diferentemente do que afirmou na sexta-feira, disse que não cogita modificar a composição do Supremo. E criticou, mais uma vez, a imprensa. "Igual (quando) a imprensa falou que vou passar para mais cinco no Supremo. Eu falei que isso não estava no meu plano de governo Botaram na minha conta. Vocês que inventaram isso. Vocês que digam", emendou o chefe do Executivo em Pelotas (RS).

No domingo, em um sinal de contemporização, o presidente afirmou que poderia descartar a proposta de mudar o colegiado do Supremo se o tribunal "baixar a temperatura".

Base mobilizada

Se a cúpula de Brasília procurou reduzir a tensão institucional, a base bolsonarista no Congresso se mantém ativa. Ontem, ao *Correio*, o senador Carlos Portinho (PL-RJ), líder do governo no Senado, defendeu o aumento de ministros no STF. Chamou a medida de "aperfeiçoamento". Segundo o parlamentar, o Poder Judiciário deve fazer uma "autocrítica", afirmando que os membros "não estão em crise apenas com o Poder Executivo e Legislativo", mas "estão em crise com a sociedade".

"O poder legislativo é o poder competente para avaliar essas questões do aprimoramento do sistema judiciário e da própria legislação", acrescentou Portinho.

Na Câmara, o deputado Ricardo Barros (PP-PR) também se manifestou. "Os assuntos não nascem do nada. Por que estamos discutindo pesquisa? Porque os erros das pesquisas foram absurdos. Por que estamos discutindo o STF? Porque o STF tem arrastado nas suas prerrogativas", declarou.

"Quem é o ator que está criando problema? É o Supremo Tribunal Federal. Então, gera-se uma reação a esses fatos. Quem está criando problema? Os institutos de pesquisa. Então, gera-se também uma reação a esses fatos", completou.

Outro apoiador a defender a mudança é o ex-ministro e futuro senador Marcos Pontes (PL-SP). Segundo ele, a função do Senado é de fiscalizar o STF, mas sem perseguir-lo. "O Senado tem obrigação de fiscalizar o STF; faz parte do equilíbrio dos poderes. Também é função do Senado manter que todos ministros trabalhem dentro do que é previsto e não extrapolam funções. Não é chegar e perseguir; é trabalhar com a lei", disse.

Eleito para o cargo de senador em 2023, Magno Malta (PL-ES), é crítico contumaz do Supremo. Em setembro, disse que "O chamado ativismo judicial só se deu, por causa do enfraquecimento do Senado. A proatividade dos ministros do STF não tem sido algo positivo no Brasil". E emendou: "Por isso, o Senado é o único órgão capaz de frear o STF".

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Reprodução/TV Senado



Pacheco: mudança de tal magnitude na Suprema Corte exige a participação de integrantes do Judiciário

Especialistas divergem sobre tema

Entre especialistas, há diferentes posicionamentos. Segundo o cientista político Vladimir Pucci, "a possibilidade de aumento dos número de ministros do STF atenta completamente contra a democracia". Segundo ele, o modelo não representa avanços para problemas do Judiciário. Ele entende que "não se pode brincar por causa de momentos".

Mas existem opiniões mais transitientes. "Apesar da polêmica em torno do tema, propor a alteração da composição do Supremo Tribunal Federal, por meio de

emenda Constitucional, é possível dentro de um ambiente democrático", argumenta Flávio Pansleri, presidente do Conselho Fundador da Academia Brasileira de Direito Constitucional. "O Congresso Nacional possui legitimidade para discutir o assunto, desde que siga os dispositivos constitucionais. Ou seja, é preciso esclarecer que o constituinte originário deixou em aberto e não vedou a possibilidade de mudança na composição do STF para mais ou para menos", diz. "Entretanto, não é um processo simples e demanda uma

profunda discussão com a sociedade", acrescenta.

Associações de classe também se manifestaram. "O Legislativo e o Executivo podem tramitar quaisquer propostas objetivando melhorar, modernizar e dar maior eficiência às instituições, desde que, obviamente, não se insira na esfera de cláusula pétreia. Assim, a Associação Nacional de Desembargadores (Andes), estranha a inquietação de algumas instituições nos últimos dias", afirma nota da Andes, assinada pelo desembargador presidente, Marcelo Buhatem.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 5